

**D**epois de *Memória e Sociedade* Ecléa Bosi revisita grandes teóricos das Ciências Humanas para com eles dialogar sobre a memória. ✦ São temas apaixonantes que percorremos por um caminho inovador: preconceito, conformismo, rebeldia. ✦ A substância social da memória, à luz de Bergson e de Benjamin traz sugestões ainda inexploradas para o jovem pesquisador. ✦ A intolerância é descrita em imagens impressionantes do Campo de Terezin. Os conceitos de Trabalho em Gandhi e Desenraizamento em Simone Weil são transpostos para o cotidiano das metrópoles de hoje. ✦ Estudiosos de Ciências Humanas encontrarão neste livro uma fonte original na qual os clássicos ganham surpreendente atualidade.

ISBN 85-7480-151-8



9 788574 801513

O TEMPO VIVO DA MEMÓRIA

Ensaio de Psicologia Social

Æ

# O TEMPO VIVO DA MEMÓRIA

Ensaio de Psicologia Social

Æ

Ateliê Editorial

**E**ste é um livro de lições sobre a memória e sobre o que traz raízes. Lições sobre o que nos liga às coisas e aos lugares, à natureza e à cidade. Lições sobre resistência e rebelião. Lições sobre a mão e sobre a alma.

Um livro que é como um pequeno tesouro e um incomparável exercício de atenção.

Um livro para psicólogos sociais e um livro para todos.

A memória faz variar o ponto de vista, distende conceitos duros, solta o corpo ajustado, faz viver os mortos.

A memória inspira, recupera a graça do tempo, devolve o entusiasmo pelo que era caro e se perdeu, redime o sagrado. A memória devolve não simplesmente o passado, mas o que o passado prometia.

A memória devolve o que o passado vislumbrou e o presente esqueceu. A memória vinga os vencidos.

Difícil decidir se encontramos só a professora quando a pesquisadora e escritora tanto aparecem. A professora é a das aulas sentidas pelos alunos como descoberta e conselho. A pesquisadora (autora de *Cultura de Massa e Cultura Popular – Leituras de Operárias* e da obra-prima *Memória e Sociedade – Lembranças de*

7/1  
2008

## O TEMPO VIVO DA MEMÓRIA

---

### ENSAIOS DE PSICOLOGIA SOCIAL

*Ecléa Bosi*

**O TEMPO VIVO DA MEMÓRIA**  

---

**ENSAIOS DE PSICOLOGIA SOCIAL**

*2ª edição*

**Æ**

Ateliê Editorial

Copyright © 2003 Ecléa Bosi

Direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19.02.1998.  
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,  
por escrito, da editora.

1ª edição, 2003

2ª edição, 2004

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Bosi, Ecléa

O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia  
social / Ecléa Bosi. – São Paulo: Ateliê Editorial,  
2003.

Bibliografia.

ISBN 85-7480-151-8

1. Memória – Aspectos sociais 2. Psicologia  
social I. Título. II. Título: Ensaos de Psicologia  
social.

---

03-0250

CDD-302

Índices para catálogo sistemático:

1. Memória: Psicologia social 302

Direitos reservados à

ATELIÊ EDITORIAL  
Rua Manuel Pereira Leite, 15  
06709-280 – Granja Viana – Cotia – SP  
Telefax: (11) 4612-9666  
www.atelie.com.br

2004

Printed in Brazil  
Foi feito o depósito legal

*Para o Alfredo*

*“luce intelletüal, piena d’amore”.*

DANTE, *Divina Comédia*, Paraíso, XXX.

## SUMÁRIO

### I SOBRE A MEMÓRIA

- 1 A SUBSTÂNCIA SOCIAL DA MEMÓRIA ..... 13
  - História e Crônica* ..... 13
  - História Oral, Histórias de Vida* ..... 16
  - SOB O SIGNO DE BENJAMIN ..... 21
    - Tempos Vivos e Tempos Mortos* ..... 23
    - Objetos Biográficos e Objetos de Status* ..... 25
    - A Luz de Estrelas Remotas* ..... 31
  - SOB O SIGNO DE BERGSON ..... 36
    - O Cone da Memória* ..... 36
    - A Fala: Música e Memória* ..... 43
- 2 A PESQUISA EM MEMÓRIA SOCIAL ..... 49
- 3 SUGESTÕES PARA UM JOVEM PESQUISADOR ..... 59
- 4 MEMÓRIA DA CIDADE: LEMBRANÇAS PAULISTANAS ... 69

<i>A Memória como Intermediário Cultural</i> .....	70
<i>Caminhos Familiares</i> .....	73
<b>II PRECONCEITO, CONFORMISMO, REBELDIA</b>	
<b>1 O CAMPO DE TEREZIN</b> .....	81
<i>A História de Terezin</i> .....	86
<i>A Administração do Gueto</i> .....	88
<i>A Infância no Campo</i> .....	91
<i>Babel ao Reverso: A Arte de Terezin</i> .....	95
<i>A Música de Terezin</i> .....	99
<b>2 ENTRE A OPINIÃO E O ESTEREÓTIPO</b> .....	113
<b>3 SUBMISSÃO E REBELDIA EM “O CAPOTE” DE GÓGOL</b> ...	127
<b>4 APONTAMENTOS SOBRE A CULTURA DAS CLASSES POBRES</b> .....	151
<i>A Cultura Vista de Fora</i> .....	151
<i>A Cultura Vista pelo Trabalhador</i> .....	155
<i>Unidade e Diversidade</i> .....	158
<b>5 O TRABALHO MANUAL: UMA LEITURA DE GANDHI</b> ...	165
<i>Responsabilidade pelo Mundo</i> .....	167
<i>A Alegria de Recompôr o Todo</i> .....	171
<b>III QUATRO ESTUDOS SOBRE SIMONE WEIL</b>	
<b>1 O QUE É DESENRAIZAMENTO</b> .....	175
<i>Desenraizamento Operário</i> .....	177
<b>2 CULTURA E DESENRAIZAMENTO</b> .....	185

<i>Divulgação da Cultura</i> .....	188
<b>3 CULTO E ENRAIZAMENTO</b> .....	195
<i>Canal e Código da Comunicação</i> .....	195
<i>Entropia e Redundância</i> .....	200
<i>O Abuso da Função Conativa</i> .....	202
<i>Música e Fala</i> .....	203
<b>4 A ATENÇÃO EM SIMONE WEIL</b> .....	209

SOBRE A MEMÓRIA

---

## A SUBSTÂNCIA SOCIAL DA MEMÓRIA

### *História e Crônica*

A história que estudamos na escola não aborda o passado recente e pode parecer aos olhos do aluno uma sucessão unilinear de lutas de classes ou de tomadas de poder por diferentes forças. Ela afasta, como se fossem de menor importância, os aspectos do cotidiano, os microcomportamentos, que são fundamentais para a Psicologia Social.

Estes aspectos são abrangidos pelo que chamavam na Idade Média de “crônica” (não esquecer a raiz *chronos* = tempo), anedótica, tecida de pequenos sucessos, de episódios breves da família, de cenas de rua vividas por anônimos.

As comunas medievais tiveram seus cronistas que narravam episódios agradáveis, pitorescos, enfim, aquilo que podemos chamar de crônica urbana. Levando em conta somente os cronistas italianos, citemos, em Milão, Landolfo Senior e Junior, autor de *Historiae Mediolanenses*, em latim vulgar (século XII); em Gênova, os *Anais de Cáffaro di Rustico* (século XII);



em Parma, o *Chronicon* (século XIII), em latim vulgar, onde percebemos o humor maldizente do Irmão Salimbene da Parma, obra rica em pequenos episódios, em conversas de rua, de uma janela para outra.

A cidade de Florença conserva o registro de dois cronistas do século XIV: Dino Compagni, que, na *Cronica delle cose occorrenti ne' tempi suoi*, trata da vida familiar e política da cidade, onde Dante se inspirou para descrever seus contemporâneos e prometer a ida de alguns ao inferno; e Giovanni Villani, autor da *Nuova Cronica* que curiosamente começa a história de Florença pela descrição da Torre de Babel. Eis alguns cronistas do povo ou da pequena burguesia nascente. Na verdade, eles registraram a memória oral. Provando a oralidade das fontes, os dicionários italianos buscaram nos cronistas florentinos as palavras em uso na Idade Média.

Quando, para vencer as “corporações dos ofícios”, as *signorie* se instalam, a burguesia concentra seu poder nos centros urbanos: os Doria em Gênova, os Vendramin em Veneza, os Colonna em Roma, os Medici em Florença, os Visconti e os Sforza em Milão, os Grimaldi em Mônaco... A história destas cidades se torna uma história política compacta e vai registrar o poder das grandes famílias, dos reinos, da guerra entre os estados.

A crônica será relegada como um gênero literário menor, que trabalha com o aspecto descontínuo dos eventos. Uma “continuidade” costurada pelo presente surge, unitária e teleológica, como se todos os eventos tivessem um fim: a glória de Luís XIV, de Napoleão, das monarquias nacionais etc.

Quando nos anos setenta, as grandes teorias da história, como a teoria evolucionista, a teoria hegeliano-marxista entram em crise, entra em crise também o sentido da História Política. O oceano de pequenas histórias tomará seu lugar, como a estó-

ria do descontínuo, do pontual, do que parece fragmentário, ao ponto de esquecer o tecido histórico que sustenta os fatos, como é o caso da psicologia dos microcomportamentos.

Por que a crônica e a tradição oral estão de novo valorizadas?

A memória oral é um instrumento precioso se desejamos constituir a crônica do quotidiano. Mas ela sempre corre o risco de cair numa “ideologização” da história do quotidiano, como se esta fosse o avesso oculto da história política hegemônica.

Os velhos, as mulheres, os negros, os trabalhadores manuais, camadas da população excluídas da história ensinada na escola, tomam a palavra. A história, que se apóia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios. A literatura conhecida já esta prática pelo menos desde o Romantismo: Victor Hugo faz surgir Notre Dame de Paris num quadro popular medieval que a história oficial havia desprezado.

A memória dos velhos pode ser trabalhada como um mediador entre a nossa geração e as testemunhas do passado. Ela é o intermediário informal da cultura, visto que existem mediadores formalizados constituídos pelas instituições (a escola, a igreja, o partido político etc.) e que existe a transmissão de valores, de conteúdos, de atitudes, enfim, os constituintes da cultura.

A memória oral, longe da unilateralidade para a qual tendem certas instituições, faz intervir pontos de vista contraditórios, pelo menos distintos entre eles, e aí se encontra a sua maior riqueza. Ela não pode atingir uma teoria da história nem pretender tal fato: ela ilustra o que chamamos hoje a História das Mentalidades, a História das Sensibilidades.

A memória se enraíza no concreto, no espaço, gesto, imagem e objeto. A história se liga apenas às continuidades temporais, às evoluções e às relações entre as coisas<sup>1</sup>.

A pesquisa me permitiu colher alguns resultados sobre a memória familiar, a memória política, a memória do trabalho, e, enfim, sobre a substância social da memória; exponho agora algumas reflexões com liberdade na eleição dos temas que me são caros, liberdade que gostaria de compartilhar com o leitor.

### *História Oral, Histórias de Vida*

O movimento de recuperação da memória nas ciências humanas será moda acadêmica ou tem origem mais profunda como a necessidade de enraizamento? Do vínculo com o passado se extrai a força para formação de identidade.

Simone Weil julga esse vínculo um Direito Humano semelhante a outros direitos ligados à sobrevivência. Fontes de outras épocas repropõem questões sobre o presente. Simone Weil, para enfrentar os tempos sombrios do nazismo, lia e relia Heródoto, Tucídides, Plutarco, César, Tito Lívio, Tácito... E a *Ilíada*, Ésquilo, Sófocles, que atingiram motivações tão profundas que resistiram até nossos dias; e mergulhou no *Livro dos Mortos* dos egípcios, na *Bíblia*, no *Bhagavad Gitâ*, procurando ouvir nos originais sânscritos e babilônicos o mesmo antigo grito<sup>2</sup>.

Quando se trata da história recente, feliz o pesquisador que se pode amparar em testemunhos vivos e reconstituir compor-

tamentos e sensibilidades de uma época! O que se dá se o pesquisador for atento às tensões implícitas, aos subentendidos, ao que foi só sugerido e encoberto pelo medo...

Um exemplo que pode parecer pouco dramático é o relato de uma reunião “oficial” de que o depoente participou. Se for registrado em documento, será esquematizado, empobrecido e sobretudo feito para agradar o poder em exercício ou a facção prestigiada no momento. As atas de reuniões oficiais suprimem as dissonâncias como impertinências, e os conflitos são apagados como digressões inúteis. Onde a razão que vacilou, gaguejou e não soube se expressar? Tais registros não refletem a microsociologia do poder, as redes de influência e não captam a “atmosfera” do grupo: o campo mutuamente compartilhado dos gestaltistas cujos contornos são definidos pelos olhares e expressões faciais.

Mas não vá alguém pensar que as testemunhas orais sejam sempre mais “autênticas” que a versão oficial. Muitas vezes são dominadas por um processo de estereotipia e se dobram à memória institucional.

Ouvi, numa mesa redonda, Michael Hall contar que quando entrevistava um líder sindical que havia encabeçado um movimento operário, este, para desespero do historiador, o atalhou: – “O senhor volte outro dia, estou despreparado. Quero ler o que se escreve sobre o movimento para me informar e responder direito as suas perguntas”.

Pude perceber essa força da memória coletiva, trabalhada pela ideologia, sobre a memória individual do recordador, o que ocorreu mesmo quando este participou e testemunhou os fatos e poderia portanto nos dar uma descrição diferenciada e viva.

Parece que há sempre uma NARRATIVA COLETIVA privilegiada no interior de um mito ou de uma ideologia. E essa narra-

1. P. Nora, *Les lieux de la mémoire*, Paris, Gallimard, 1984, vol. I, p. XIX.

2. Simone Weil, *A Condição Operária e Outros Estudos sobre a Opressão*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

tiva explicadora e legitimadora serve ao poder que a transmite e difunde.

A Universidade também tem o poder de contar e interpretar os eventos que se passam no mundo operário ou nos meios populares, em geral.

Há portanto uma memória coletiva produzida no interior de uma classe, mas com poder de difusão, que se alimenta de imagens, sentimento, idéias e valores que dão identidade àquela classe.

A memória oral também tem seus desvios, seus preconceitos, sua inautenticidade. Exemplos não faltam: como a dos franceses que colaboraram com os nazistas durante a guerra. E dos alemães durante a ascensão de Hitler. Quem aclamava o Führer nos estádios? Que multidão erguia milhares de braços? Seriam bonecos ou máscaras de Ensor?

E alguns judeus ao lembrar o Holocausto esquecem os vinte milhões de soviéticos sacrificados pelo nazismo.

Entrevistei japoneses que se dizem pacifistas mas que se recusam a pensar em Hiroshima e Nagasaki.

Cabe-nos interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento.

Esquecimento, omissões, os trechos desfiados de narrativa são exemplos significativos de como se deu a incidência do fato histórico no quotidiano das pessoas. Dos traços que deixou na sensibilidade popular daquela época.

Sempre me intrigou a vivacidade e a riqueza de detalhes com que os velhos paulistanos lembram a Revolução de 1924, a do Isidoro. Não nos surpreenderemos mais contudo, ao verificarmos quantas casas e quintais foram metralhados nos bairros de São Paulo. Houve um êxodo de famílias que se refugiaram no interior com parentes que os acolheram enquanto durou a revol-

ta. E apesar de tudo houve simpatia da população pelos tenentes revoltosos. Seis anos depois, as professoras do Brás, da Mooca, da Lapa, começaram a alfabetizar muitos Isidoros que haviam nascido em 1924.

O presente, entregue às suas incertezas e voltado apenas para o futuro imediato, seria uma prisão.

Se o tecnicismo reinante quer-nos convencer que a nostalgia é sentimento inútil, ela, no entanto faz parte da humanidade do homem e teria direitos de cidadania entre nós, na opinião de Alain Finkelkraut.

A técnica cria *redes* de globalização mas o mundo é feito de territórios, nações, paisagens. O fetichismo da técnica não consegue explicar por que nada substitui a reflexão solitária. A *interação* não esgota o alcance da *comunicação*. Caso contrário, nós nos comunicaríamos apenas com os contemporâneos o que seria uma grave perda. E há formas de comunicação insubstituíveis como a conversa espirituosa entre amigos em volta da mesa, cujo charme a técnica não conseguiria reproduzir<sup>3</sup>.

Grande mérito dos depoimentos é a revelação do desnível assustador de experiência vivida nos seres que compartilharam a mesma época; a do militante penetrado de consciência histórica e a dos que apenas buscaram sobreviver. Podemos colher enorme quantidade de informações factuais mas o que importa é delas fazer emergir uma visão do mundo.

Como arrancar do fundo do oceano das idades um “fato puro” memorizado? Quando puxarmos a rede veremos o quanto ela vem carregada de representações ideológicas. Mais que o documento unilinear, a narrativa mostra a complexidade do acontecimento. É a via privilegiada para chegar até o ponto de articulação

3. A. Finkelkraut, Entrevista a *Label France*, Paris, 2000.

da História com a vida quotidiana. Colhe pontos de vista diversos, às vezes opostos, é uma recomposição constante de dados.

Não esqueçamos que a memória parte do presente, de um presente ávido pelo passado, cuja percepção “é a apropriação veemente do que nós sabemos que não nos pertence mais”<sup>4</sup>.

A fonte oral sugere mais que afirma, caminha em curvas e desvios obrigando a uma interpretação sutil e rigorosa.

Marguerite Yourcenar confessou que só conseguia recompor o passado com um pé na erudição e outro na magia. Mas sem enveredar por esse caminho, poderemos empregar uma expressão como “sensibilidade diacrônica”, o que deve ter o cientista que, além de observar o jogo sincrônico das oposições, procura nos fenômenos a sucessão e o devir.

Segundo Benjamin, os adivinhos achavam que dentro do tempo existia algo a ser extraído; o tempo é, não homogêneo e vazio, mas repleto de índices. Os profetas apelavam para as lições da memória porque “o passado arrasta consigo um índice secreto que o remete à salvação”<sup>5</sup>.

O mago que transmuta o passado em futuro deve ter mão rápida para capturar o Tempo no átimo da sua cognoscibilidade porque ele fulgura um instante e se desvanece. Se o olhar demora e fixa, retém o estereótipo, não uma coisa viva como a imagem que sobe do passado com todo o seu frescor. Chamada de novo, trabalhada pela percepção do agora, arrisca-se a fugir da captura de um presente que não se reconhece nela.

A sensibilidade à diacronia permite que se faça a invocação de uma *gestalt* longínqua que foi um dia um complexo vivo de significações.

4. P. Nora, *op. cit.*, p. XXXII.

5. W. Benjamin, “Teses sobre a Filosofia da História” em *Obras Escolhidas*, vol. I, São Paulo, Brasiliense, 1996.

## SOB O SIGNO DE BENJAMIN

Walter Benjamin debruçou-se sobre a memória familiar e a escassa memória pública dos burgueses franceses do tempo de Baudelaire e dos burgueses alemães de sua época. E meditou sobre os efeitos do capitalismo anônimo que corrói, quando não destrói a memória coletiva, forçando o agarrar-se aos fiapos da sua memória familiar<sup>6</sup>.

No meu campo de observação estavam velhos recordadores que nasceram no começo do século XX no Brasil. Os anos 20 e 30 formam a substância de suas lembranças. Pertenceram (uso o pretérito porque eles já se foram) quase todos à classe média baixa que se constituiu com a migração européia em São Paulo.

Cronologicamente, sem dúvida, são contemporâneos de Benjamin. Mas até que ponto o curso das suas lembranças tende para a vida doméstica, ninho tépido de uma identidade protetora que a anomia capitalista moderna jamais lhes poderia oferecer?

A questão seria impensável sem o cruzamento das fronteiras da Psicologia, da Sociologia, da História, cruzamento que se tornou possível com a leitura de Benjamin e dos frankfurtianos. E deve-se ressaltar a admirável contribuição de um sociólogo clássico sacrificado pelo nazismo, Maurice Halbwachs.

Mas voltando à questão proposta:

Quando um acontecimento político mexe com a cabeça de um determinado grupo social, a memória de cada um de seus membros é afetada pela interpretação que a ideologia dominan-

6. Este texto se originou na leitura e arguição que fiz da tese de Jeanne Marie Gagnebin (10.5.1995) publicada no livro *História e Narração em W. Benjamin*, ensaio de um vigor e profundidade notáveis, São Paulo, Perspectiva, 1994.

te dá desse acontecimento. Portanto, uma das faces da memória pública tende a permear as consciências individuais.

É preciso sempre examinar matizando os laços que unem memória e ideologia; laços que, antes da secularização moderna, amarravam a memória pública à memória individual.

Um exemplo talvez illustre melhor essa hipótese:

A burguesia paulista viveu apaixonadamente a chamada Revolução Constitucionalista de 32. Não se pode negar nem a participação efetiva da maioria dos seus membros, nem a memória, coletiva e pessoal, que restou dessa participação. O movimento, como se sabe, foi vencido militarmente pelas tropas federais. São Paulo continuou sob o governo de um interventor nomeado por Getúlio Vargas. Esta, a “*verità effettuale della cosa*”, no dizer de Maquiavel. No entanto, quando um de meus memorialistas recorda o fim da luta, da qual ele participa de corpo e alma como soldado voluntário de primeira hora (pois pertenceu ao 1º batalhão organizado no próprio Instituto do Café), a sua interpretação é, convictamente, a de um vencedor. Como sua classe, como o seu grupo de convivência, o velho Ribas não podia admitir a idéia do fracasso, ele, que no entanto, virá com seus olhos a extensão da derrota. Diz com toda certeza: “São Paulo *não* perdeu, *nem* se rendeu; apenas ensarilhou as armas”. E com ele dizem o mesmo os narradores que oficiam anualmente, a 9 de julho, a vitória moral da Revolução de 32 e se elegeu um lugar de memória no monumento “aos épicos de 32”. Há, portanto, uma memória coletiva (no caso, a produzida no interior de uma classe, mas com poder de difusão), a qual se alimenta de imagens, sentimentos, idéias e valores que dão identidade e permanência àquela classe. No caso, os interesses da burguesia do café acabaram envolvendo sentimentos regionais de paulistismo, que ainda hoje operam como fator discrimi-

minante em plena sociedade de massas, tal como veio a configurar-se a população da cidade de São Paulo. Mas não se pode negar que exista uma memória coletiva ou de classe.

Já dei, noutro lugar o exemplo do sindicalista que precisou ler livros de História para responder à entrevista sobre o que ele havia vivido.

Quer dizer: não é que não haja mais, absolutamente falando, ocasião para alimentar uma memória pública (maio de 68 que o diga...; e para nós, as passeatas, a campanha das eleições diretas que o digam também); mas, quando essas ocasiões se dão, a memória desses eventos, mesmo quando participados, pode ser cooptada por estereótipos que nascem ou no interior da própria classe (caso da versão da burguesia paulista de 32), ou de instituições dominantes como a escola, a universidade que são instâncias interpretativas da História.

Estes exemplos e observações não contradizem absolutamente as reflexões de Benjamin sobre a fabricação sistemática de “espaços de intimidade” e de suas evocações pela cultura burguesa que viveria de costas para a experiência pública; apenas nos dão a pensar que em relação às representações coletivas a classe mais influente deixou suas marcas.

As instituições escolares reproduzem essas versões solidificando uma certa memória social e operando em sentido inverso ao da lembrança pessoal, tão mais veraz em suas hesitações, lacunas e perplexidades.

### *Tempos Vivos e Tempos Mortos*

Existe, dentro da história cronológica, outra história mais densa de substância memorativa no fluxo do tempo. Aparece

com clareza nas biografias; tal como nas paisagens, há marcos no espaço onde os valores se adensam.

O tempo biográfico tem andamento como na música desde o *allegro* da infância que parece na lembrança luminoso e doce, até o *adagio* da velhice.

A sociedade industrial multiplica horas mortas que apenas suportamos: são os tempos vazios das filas, dos bancos, da burocracia, preenchimento de formulários...

Como alguns percursos obrigatórios na cidade, que nos trazem acúmulo de signos de mera informação no melhor dos casos; tais percursos sem significação biográfica, são cada vez mais invasivos.

Meus depoentes eram jovens, decênios atrás e penso que neles tenha pesado menos esse tempo vazio; pesa então sobre nós um desfavor em relação a esses velhos recordadores. Se eu pedir: – Conte-me sua vida! Sei que o intelectual me virá com várias interpretações para preencher lacunas ou iludir esse desfavor.

Mas se eu conseguir que me narrem seus dias como fazem as pessoas mais simples, ficará evidente a espoliação do nosso tempo de vida pela ordem social sem escamoteação possível.

Se a substância memorativa se adensa em algumas passagens, noutras se esgarça com grave prejuízo para a formação da identidade. É grave também nesse processo o ofuscamento perceptivo, ou melhor dizendo, subjetivo, uma vez que afeta o sujeito da percepção.

As coisas aparecem com menos nitidez dada a rapidez e descontinuidade das relações vividas; efeito da alienação, a grande embotadora da cognição, da simples observação do mundo, do conhecimento do outro.

Desse tempo vazio a atenção foge como ave assustada.

Se há uma relação que une época e narrativa, convém verificar se a perda do dom de narrar é sofrida por todas as classes sociais; mas não foi a classe dominada que fragmentou o mundo e a experiência; foi a outra classe que daí extraiu sua energia, sua força e o conjunto de seus bens.

### *Objetos Biográficos e Objetos de Status*

Na *Pequena História de Fotografia* e em *Paris, Capital do Século XIX*, Benjamin descreve o interior dos lares burgueses, a intimidade atapetada e macia, os detalhes da decoração que procuram marcar a singularidade de seus proprietários.

Criamos sempre ao nosso redor espaços expressivos sendo o processo de valorização dos interiores crescente na medida em que a cidade exhibe uma face estranha e adversa para seus moradores.

São tentativas de criar um mundo acolhedor entre as paredes que o isolam do mundo alienado e hostil de fora.

Nas biografias que colhi, as casas descritas tinham janelas para a frente; ver a rua era uma diversão apreciada não havendo a preocupação com o isolamento, como hoje, em que altos muros mantêm a privacidade e escondem a fachada.

Fui tentada a rever uma oposição, que há muito venho fazendo ao comparar lembranças, a oposição entre *objetos biográficos* e *objetos de status*.

Se a mobilidade e a contingência acompanham nossas relações, há algo que desejamos que permaneça imóvel, ao menos na velhice: o conjunto de objetos que nos rodeiam. Nesse conjunto amamos a disposição tácita, mas eloqüente. Mais que uma

sensação estética ou de utilidade eles nos dão um assentimento à nossa posição no mundo, à nossa identidade; e os que estiveram sempre conosco falam à nossa alma em sua língua natal. O arranjo da sala, cujas cadeiras preparam o círculo das conversas amigas, como a cama prepara o descanso e a mesa de cabeceira os derradeiros instantes do dia, o ritual antes do sono.

A ordem desse espaço nos une e nos separa da sociedade e é um elo familiar com o passado.

Quanto mais votados ao uso quotidiano mais expressivos são os objetos: os metais se arredondam, se ovalam, os cabos de madeira brilham pelo contato com as mãos, tudo perde as arestas e se abranda.

São estes os objetos que Violette Morin<sup>7</sup> chama de objetos biográficos, pois envelhecem com o possuidor e se incorporam à sua vida: o relógio da família, o álbum de fotografias, a medalha do esportista, a máscara do etnólogo, o mapa-múndi do viajante... Cada um desses objetos representa uma experiência vivida, uma aventura afetiva do morador.

Diferentes são os ambientes arrumados para patentear *status*, como um décor de teatro: há objetos que a moda valoriza, mas não se enraízam nos interiores ou têm garantia por um ano, não envelhecem com o dono, apenas se deterioram.

Só o objeto biográfico é insubstituível: as coisas que envelhecem conosco nos dão a pacífica sensação de continuidade.

Reconhece Machado de Assis:

Não, não, a minha memória não é boa. É comparável a alguém que tivesse vivido por hospedarias, sem guardar delas nem caras, nem nomes, e somente raras circunstâncias. A quem passe a vida na mesma

7. "L'Objet", *Communications* 13, 1969.

casa de família, com os seus eternos móveis e costumes, pessoas e afeições, é que se lhe grava tudo pela continuidade e repetição.

Não só em nossa sociedade dividimos as coisas em objetos de consumo e relíquias de família. Mauss encontra essa distinção em muitos povos: tanto entre os romanos como entre os povos de Samoa, Trobriand e os indígenas norte-americanos. Há talismãs, cobertas de pele e cobres blasonados, tecidos armoriais que se transmitem solenemente como as mulheres no casamento, os privilégios, os nomes às crianças. Essas propriedades são sagradas, não se vendem nem são cedidas, e a família jamais se desfaria delas a não ser com grande desgosto. O conjunto dessas coisas em todas as tribos é sempre de natureza espiritual.

Cada uma dessas coisas tem nome: os tecidos bordados com faces, olhos, figuras animais e humanas, as casas, as paredes decoradas.

Tudo fala, o teto, o fogo, as esculturas, as pinturas.

Os pratos e as colheres blasonadas com o totem do clã são animados e feéricos: são réplicas dos instrumentos inesgotáveis que os espíritos deram aos ancestrais. O tempo acresce seu valor: a *arca* passa a *velha arca*, depois *a velha arca que bóia no mar*, até ser chamada de *a velha arca que bóia no mar com o sol nascente dentro*.

A casa onde se desenvolve uma criança é povoada de coisas preciosas que não têm preço.

As coisas que modelamos durante anos resistiram a nós com sua alteridade e tomaram algo do que fomos. Onde está nossa primeira casa? Só em sonhos podemos retornar ao chão onde demos nossos primeiros passos.

Condenados pelo sistema econômico à extrema mobilidade,

perdemos a crônica da família e da cidade mesma em nosso percurso errante.

O desenraizamento é condição desagregadora da memória

\* \* \*

Uma idéia-mestra para análise seria a de uma separação de um espaço privado, pessoal e o espaço público, anônimo.

Creio que ainda se possa ir além e aprofundar essa distinção em termos de psicologia social do espaço vivido.

Tomemos um dos exemplos dados por Benjamin: as fotografias familiares que estão em cima de um móvel numa sala de visitas burguesa.

A sua presença física tem que ser lida fenomenologicamente. E aqui a VISADA INTENCIONAL da pessoa que colocou aquele retrato sobre o móvel é que deve passar pelo crivo do intérprete.

1. A foto do parente que já morreu pode ser contemplada pelo dono da casa como um preito sentido à sua memória. Estamos, portanto, em pleno reino de privacidade, *tout court*, que interessa e afeta a relação pessoal, íntima, do recordado e do recordador.
2. A foto daquele mesmo parente poderia ter sido colocada com o espírito de quem faz uma exposição que interessa o olhar do outro – o olhar social. Por essa visada a foto sobre o móvel carece de uma aura afetiva própria e ganha outra aura, a do *status*, onde estão embutidos valores de distinção, superioridade, competição, na medida em que o morto foi uma pessoa importante, logo dotada de valor-de-troca.

Um olhar inibe o outro: são abordagens qualitativamente excludentes. O objeto ou é biográfico, ou é signo de *status*, e,

como tal, entraria para a esfera de uma “intimidade”, entre aspas, ostensiva e publicável, que já faz parte da História das Ideologias e das Mentalidades, de que Benjamin foi um admirável precursor. Se essa observação faz sentido, eu diria que o burguês, enquanto agente e produto do universo de valores de troca, não pode refugiar-se autenticamente na esfera da intimidade afetiva, pois até mesmo os seus objetos biográficos podem converter-se – e freqüentemente se convertem – em peças de um mecanismo de reprodução de *status*. A sociedade de massas estendeu e multiplicou esse fenômeno e, ao mesmo tempo, o dissipou e o desgastou criando o objeto descartável. A sociedade de consumo é apenas mais rápida na produção, circulação e descarte dos objetos de *status*. E certamente menos requintada e mais pueril do que a burguesia francesa ou alemã do começo do século. Mas não mais cruel.

\* \* \*

E existem, além desses, aqueles objetos perdidos e desparceirados que a ordenação racional do espaço tanto despreza. Cacos misteriosos são pedaços de alguma coisa que pertenceu a alguém. Benjamin, no ensaio famoso sobre Baudelaire, segue os passos do *flâneur* observando vitrinas e galerias; mas haverá alguém para recolher os despojos da cidade para os quais ninguém volta os olhos e o vento dispersa.

Os depoimentos que ouvi estão povoados de coisas perdidas que se daria tudo para encontrar quando nos abandonam, sumindo em fundos insondáveis de armários ou nas fendas do assoalho, e nos deixam à sua procura pelo resto da vida<sup>8</sup>.

8. No *Orlando Furioso* de Ariosto, as coisas perdidas na terra sobem para a lua onde permanecem, quem sabe à nossa espera.



Reproduzo aqui trecho da narrativa que ouvi do Sr. Amadeu, filho de uma grande e afetuosa família de Trieste, que combateu na Resistência durante a última guerra mundial:

– Hoje as crianças lêem Pinóquio em adaptação e a história fica bem resumida. Ou vêem o filme de Walt Disney. Mas nós tínhamos em casa o livro original do escritor italiano Collodi. Nele, o carpinteiro Gepetto que criou o boneco de pau era um trabalhador que só conheceu a pobreza. Morava num quartinho onde lutava contra a fome e o frio com a força do seu braço que ia diminuindo com a idade. No fundo desse quartinho via-se uma lareira com um belo fogo: mas era apenas uma pintura do engenhoso Gepetto na parede, para iludir o frio do inverno com a visão de uma lareira. Esse desenho me encantava e penso que ainda encanta as crianças que folheiam o livro.

Gepetto aconselhava o teimoso Pinóquio, cabeça de pau:

– Não jogue nada fora. Isso um dia pode servir para alguma coisa!

(Este conselho os velhos vivem repetindo: eles não conseguiram assimilar ainda a experiência do descartável que lhes parece um desperdício cruel. Por isso o armário das vovós é cheio de caixas, retalhos e vidrinhos...)

Os meninos italianos ouviam de suas mães este conselho que Gepetto dava para o endiabrado Pinóquio.

\* \* \*

Capturado pelos nazistas, Amadeu conheceu um extremo despojamento, foi privado de tudo. As roupas largas dançavam no seu corpo e os sapatos, tirados de uma pilha sem numeração, feriam seus pés. Vagava pelo campo como um espectro faminto, ia resistindo no “avesso do nada”. Mas sempre havia

algo a ser descoberto: um papel rasgado que a ventania arrastava, um santinho amassado que alguém esqueceu, um prego sem cabeça, uma chave partida. Ele ia guardando cada um desses fiapos abandonados.

Por exemplo, de um papel rasgado fez um envelope, descreveu no avesso a sua agonia, endereçou ao irmão em Trieste e escondeu-o num buraco do chão. Dois anos depois seu irmão recebia a carta. Alguém a havia encontrado e enviado pelo correio. Quem teria sido? Nunca souberam.

A chave partida que recolheu num ralo e conservou por tanto tempo, ele transformou num instrumento heróico. Quando conduzido para Auschwitz, usou-a como chave de fenda na janelinha do banheiro do trem e daí saltou para a liberdade e para a vida.

\* \* \*

### *A Luz de Estrelas Remotas*

A memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente mas porque se relacionam através de índices comuns. São configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo.

É tarefa do cientista social procurar esses vínculos de afinidades eletivas entre fenômenos distanciados no tempo.

Como exemplo, cito uma frase do longo depoimento de Dona Jovina Pessoa, militante que acompanhou desde os primeiros vagidos anarquistas do Brasil até a luta pela anistia dos presos políticos que ela travou já com 80 anos.

Recordando sua formação nos bancos escolares ela diz:

– *Tinha muita admiração por todos os rebeldes. Quando estudante, lia o grande geógrafo Reclus que só comia pão porque era o que a humanidade pobre podia comer.*

Fui consultar o dicionário onde encontrei: “Reclus, Elisée, geógrafo, França (1830-1905), autor de uma *Geografia Universal*”.

Achei o verbete muito seco comparado à alusão de D. Jovina.

Procurei mestres de Geografia e quando os interroguei sobre esse autor colhi respostas pobres e evasivas. No entanto, que calor se irradia do rápido lembrar de uma criança atenta: “Quando estudante, lia o grande geógrafo Reclus que só comia pão porque era o que a humanidade pobre podia comer”.

Em que momento terá *ela* abraçado o anarquismo? E quem terá sido seu professor? Em que aula transmitiu ele o espírito do geógrafo francês para a menina brasileira?

É prodígio da memória esta evocação da personalidade coerente e apaixonada de Reclus que nos toca como se estivesse junto a nós.

Eis uma tensa configuração formada por Elisée Reclus, por um mestre-escola desconhecido, por Jovina e, através de quem a escutou, vem chegando até nós como índice de salvação.

A constelação memorativa tem um futuro imprevisível; como *gestalt* requer pregnância, fechamento.

E às vezes esse fechamento vai depender de nossos gestos de agora, porque seus autores morreram na véspera, antes de completar a figura de suas vidas.

É a história de um passado aberto, inconcluso, capaz de promessas. Não se deve julgá-lo como um tempo ultrapassado, mas

como um universo contraditório do qual se podem arrancar o sim e o não, a tese e a antítese, o que teve seguimento triunfal e o que foi truncado.

Para tanto exige-se o que Benjamin, no seu ensaio sobre Kafka, chamava de atenção intensa e leve.

Queria aproximar este conceito com o de Simone Weil, filósofa da atenção. Lendo a *Ilíada* como o poema da força, descobriu que Homero contempla com igual serenidade o destino dos gregos e dos troianos, ambos os povos submetidos às leis implacáveis da guerra e da morte.

Esse rememorar meditativo é também o de Benjamin quando, ao rever os profetas do Antigo Testamento, encontra neles direção para ações presentes. Ou seja, fazendo da memória um apoio sólido da vontade, matriz de projetos.

Isto só é possível quando o historiador provoca um rasgo no discurso bem costurado e engomado do historicismo e “se detém bruscamente numa constelação saturada de tensões”. Não o faz para registrar pormenores da mentalidade da época; é uma escolha que tem a ver com o sujeito definido pela ipseidade e não pela semelhança com outros, pela mesmidade. Um sujeito que tomou a palavra ou agiu, “causa de si mesmo” e decidiu eticamente criando um tempo privilegiado, um tempo forte dentro do correr plano dos dias.

Se, para Benjamin, a rememoração é uma retomada salvadora do passado, nos depoimentos biográficos é evidente o processo de re-conhecimento e de elucidação. Escutemos D. Risoleta, anciã negra e antiga cozinheira, que inicia o seu relato:

– “Já está acabando esse ano santo e agradeço por estar recordando e burilando meu espírito”.

O recordar para ela é um tempo sabático e cada fato bruto é lapidado pelo espírito até que desprenda luz.

Por estar cega e muito idosa, medita em sua experiência e tem autoridade de conselheira como prova o resto da narrativa.

Quando o velho narrador e a criança se encontram, os conselhos são absorvidos pela história: a moral da história faz parte da narrativa como um só corpo, gozando as mesmas vantagens estéticas (as rimas, o humor...).

Não tem o peso da moral abstrata, mas a graça da fantasia embora seja uma norma ideal de conduta transmitida<sup>10</sup>.

Hoje precisamos decifrar o que esquecemos ou não foi dito, como centelha embaixo das cinzas porque estamos entre dois momentos de uma narrativa. Não podemos dizer como o velho “– Mas a vida passou!”, nem como a criança “– Mas a vida ainda não chegou!”

Na chamada idade produtiva (os velhos são os “improdutivos” nas estatísticas), bem, nessa idade os conselhos foram perdidos, ai de nós!

Adorno nas *Minima Moralia* já observa que não se dão mais conselhos, cada um fique com sua opinião.

Temos que procurar sozinhos o conselho esquecido, caminhando entre destroços num chão atulhado pelos tempos mortos que nos são impostos.

Num texto encantador, “Narrar e Curar”, Jeanne Marie Gagnebin faz refletir sobre a função curativa das histórias. A narrativa é terapêutica, apressa a convalescença quando a mãe, sentada junto ao leito da criança, desperta-lhe outra vez o gosto pela vida.

10. As condições para transmissão plena da experiência já não existem no mundo industrial, segundo Benjamin.

Concordo, porque a história contada é um *farmacon*, antes preparado pela narradora nos tubos e provetas da fantasia e da memória, através de sábia dosagem.

\* \* \*

Nós devemos então contar histórias? A nossa história?

É verdade que, ao narrar uma experiência profunda, nós a perdemos também, naquele momento em que ela se corporifica (e se enrijece) na narrativa.

Porém o mutismo também petrifica a lembrança que se paralisa e sedimenta no fundo da garganta como disse Ungaretti no poema sobre a infância que ficou:

*Arrestata in fondo alla gola come una roccia di gridi*

[Preso ao fundo da garganta como uma rocha de gritos.]

Como Santo Agostinho que, nas *Confissões* chamava a memória de “ventre da alma”, Bergson poderia dizer que, para ele, a memória é a alma da própria alma, ou seja a conservação do espírito pelo espírito.

“Na realidade, não há percepção que não esteja impregnada de lembranças”<sup>11</sup>. Com esta frase, ele adensa e enriquece o que até então parecia bastante simples: a percepção como mero resultado da interação de ambiente com o sistema nervoso. Um outro dado entra no jogo perceptivo: a lembrança que impregna as representações.

Temos que recorrer ao pressuposto de uma conservação subliminar de toda a vida psicológica já transcorrida. O afloramento do passado se combina com o processo corporal e presente da percepção.

Começa-se a atribuir à memória uma função decisiva na existência, já que ela permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no curso atual das representações.

### O Cone da Memória

Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando com as percepções imediatas, como também empurra, “descola” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora.

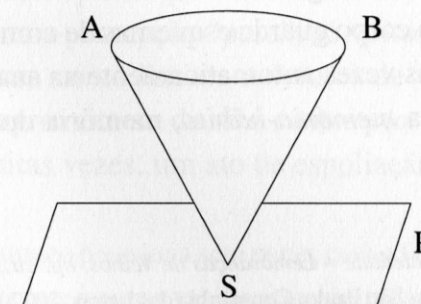
11. “Matière et Mémoire”, *Ouvres*, Paris, PUF, 1959, p. 183.

Em outro texto Bergson dirá das lembranças que estão na cola das percepções atuais, “como a sombra junto ao corpo”. A memória seria o “lado subjetivo de nosso conhecimento das coisas”.

Entrando em cena a lembrança, já não se pode falar apenas de “percepção pura”. Seria necessário distinguir, como o faz Bergson, entre esta última e a outra, mais rica e mais viva, que ele denomina “percepção concreta e complexa”, na verdade a única real, pois a percepção pura do presente, sem sombra nenhuma de memória, seria antes um conceito-limite do que uma experiência corrente de cada um de nós.

Ao contrário, o que o método introspectivo de Bergson sugere é o fato da *conservação* dos estados psíquicos já vividos; conservação que nos permite escolher entre as alternativas que um novo estímulo pode oferecer. A memória teria uma função prática de limitar a indeterminação (do pensamento e da ação) e de levar o sujeito a reproduzir formas de comportamento que já deram certo. Mais uma vez: a percepção concreta precisa valer-se do passado que de algum modo se compõe da totalidade da nossa experiência adquirida.

Para tornar mais evidente a diferença entre o espaço profundo e cumulativo da memória e o espaço raso e pontual da percepção imediata, Bergson imaginou representá-la pela figura de um cone invertido:



na base estariam as lembranças que “descem” para o presente, no vértice estariam os atos perceptuais que se cumprem no plano do presente e deixam passar as lembranças: “Esses dois atos, percepção e lembrança, se penetram sempre, trocam sempre alguma coisa de suas substancias por um fenômeno de endosse”.

A figura do cone é assim comentada por Bergson:

Se eu represento por um cone SAB a totalidade das lembranças acumuladas em minha memória, a base AB, assentada no passado, permanece imóvel, ao passo que o vértice S, que figura em todos os momentos o meu presente, avança sem cessar e sem cessar, também, toca o plano móvel P de minha representação atual do universo. Em S concentra-se a imagem do corpo; e, fazendo parte do plano P, essa imagem limita-se a receber e a devolver as ações emanadas de todas as imagens de que se compõe o plano<sup>12</sup>.

Bergson afirma também (e esse é um princípio dialetizado da sua doutrina que nem sempre os objetores levaram em conta) que é do presente que parte o chamado ao qual a lembrança responde.

Assentada firmemente a distinção entre percepção e memória, e propostos os seus modos de interação, Bergson procede a uma análise interna diferencial porque o passado se conserva mas não de forma homogênea<sup>13</sup>.

De um lado, o corpo guarda esquemas de comportamento de que se vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas: trata-se da *memória-hábito*, memória dos mecanismos

12. *Op. cit.*, p. 293.

13. Em *Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos*, *op. cit.*, tratei mais longamente desses temas, São Paulo, Companhia das Letras, 2002, 10ª ed., pp. 46 e ss.

motores. De outro lado, ocorrem lembranças independentes de quaisquer hábitos: lembranças isoladas, singulares, que constituiriam autênticas ressurreições do passado.

A análise do cotidiano mostra que a relação entre estas duas formas de memória é, não raro, conflitiva. Na medida em que a vida psicológica entra na bitola dos hábitos, e move-se para a ação e para os conhecimentos úteis ao trabalho social, restaria pouca margem para o devaneio para onde flui a evocação espontânea das imagens, posta entre a vigília e o sonho.

O contrário também é verdadeiro. O sonho resiste ao enquadramento nos hábitos, que é peculiar ao homem de ação. Este, por sua vez, só relaxa os fios da tensão quando vencido pelo cansaço e pelo sono.

Mas essa distinção entre *vita contemplativa* e *vita activa* já preocupava os teólogos medievais.

Somos todos presas alternativas ou da memória-hábito ou da memória-sonho em diferentes épocas da vida.

Evidentemente Bergson não se ocupa de uma psicologia diferencial. O seu cuidado maior é o de entender as relações entre a conservação do passado e a sua articulação com o presente, a confluência de memória e percepção.

Na tábua de valores de Bergson, a memória pura, aquela que opera no sonho e na poesia, está situada no reino privilegiado do espírito livre, ao passo que a memória transformada em hábito, assim como a percepção “pura”, só voltada para ação iminente, funcionam como limites redutores da vida psicológica. A *vita activa* aproveita-se da *vita contemplativa*, e esse aproveitar-se é, muitas vezes, um ato de espoliação.

O espírito humano pressiona sem parar, com a fatalidade da memória, contra a porta que o corpo vai lhe entreabrir: daí os jogos da fanta-

sia e o trabalho da imaginação – liberdades que o espírito toma com a natureza<sup>14</sup>.

Se o espírito concentrado num alvo fica tenso, o espaço profundo e cumulativo da memória se estreita como um cone cujo vértice desce e penetra o real. É a percepção imediata do que nos seria útil apreender no momento, visando ação pragmática.

Mas, escreve Franklin Leopoldo e Silva, a condição da arte é o relaxamento desta tensão:

O que para nós aparece como criação é fruto dessa descontração, dessa distração pela qual o espírito se distende [...]. A percepção alargada e aprofundada, [...] consiste nesta indeterminação do foco da atenção, graças à qual o artista percebe os aspectos insuspeitados e inesperados do real<sup>15</sup>.

Distração tem sua origem em dis-tração ou desvio do eixo de tração pelo qual somos puxados.

O aluno escuta a aula e anota no caderno aquilo que da matéria lhe parece proveitoso. No entanto, em certos momentos, ele esquece de anotar para não perder as palavras do professor que narram algo que desperta seu interesse. Suspende a anotação e o espírito se perde em lembranças, idéias, relações com episódios vividos. Estes salutares momentos de distração vencem o utilitarismo e alargam o conhecimento.

\* \* \*

14. Bergson, *op. cit.*, p. 317.

15. “Bergson, Proust. Tensões do Tempo”, *Tempo e História*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 146.

Bergson trouxe novas luzes para os fenômenos surpreendentes da memória individual: a lembrança, a imagem que aflora e que torna vivo um rosto que perdemos anos atrás, uma voz ouvida na infância que retorna obsessiva e fiel a seu próprio timbre... Essa evocação proustiana que os relatos autobiográficos mostram como atividade psíquica dotada de força e significado.

Ele criticou as teorias psicofísicas de sua época cujas pretensões positivistas embalavam a recém-nascida ciência psicológica. Hoje não precisamos escolher ou Bergson ou Psicologia porque até o atormentado começo do século XXI sobreviveram Bergson e a Psicologia; mas uma Psicologia que se renovou com a Fenomenologia, a Antropologia, a História Social...

Não sendo mais (assim desejo ardentemente) reducionista, classificatória, mudou seus métodos e linguagem, embora não tenha alcançado o estatuto ontológico que Bergson desejava para ela: uma Psicologia como um conhecimento de vir-a-ser, tendo como objeto o tempo vivido<sup>16</sup>.

A única realidade que está por trás dos fenômenos, no pensamento bergsoniano, é o devir; o tempo que flui, o vir-a-ser.

Como atingi-lo? A ciência e a lógica não conseguem captar esse fluxo: os conceitos apenas recortam e cristalizam o tempo a fim de tratá-lo como se fosse espacializável.

Essa busca da fixação do sentido atrai a ciência e tem a ver com uma tendência profunda da percepção para a estabilidade. É como que o repouso da percepção que deve lidar com a descontinuidade das coisas, ligada ao presente, à matéria, ao corpo. É o trabalho do perceber, faculdade que governa o relacio-

16. Os psicólogos deveriam ler *Bergson: Intuição e Discurso Filosófico* de Franklin Leopoldo e Silva (São Paulo, Loyola, 1994) de cujas teses tive a honra de participar. Franklin Leopoldo e Silva é o maior estudioso de Bergson em nosso meio.

namento prático com o mundo, mas nem sempre nosso trabalho corresponde à nossa vocação.

Talvez a tendência da percepção não seja apenas a estabilidade, mas também a busca aventureira do conhecimento.

O corpo, pelo seu sistema nervoso, é um reservatório de indeterminação, portanto de liberdade. Ao passo que as demais funções do sistema nervoso são adaptativas, a vocação do córtex parece ser, no limite, o comportamento que através do desequilíbrio, gera equilíbrios novos.

Um exemplo que conto aos alunos é o do menino que aprendeu a andar de bicicleta e mediante treinamento consegue correr com segurança e rapidez. De repente, uma atitude inesperada: ele fica de pé num só pedal, a bicicleta pende, ele vai cair. Mas não cai e passa a correr se reequilibrando de forma nova: eis um comportamento cortical.

O cérebro é capaz de apostar no que sempre perdeu e se lançar no imprevisível, pois seus critérios não são os da eficiência imediata nem os da recompensa no presente<sup>17</sup>.

Uma sociedade que nos condiciona por seus meios de comunicação a dar respostas para as quais bastaria o cordão espinhal (- Compre! - Coma!) não corresponde à generosidade da função cerebral.

Revedo estudos de Psicologia sobre conformismo e submissão, opinião e preconceito à luz do pensamento de Bergson, pareceu-nos que a estabilidade da percepção é uma queda, que, no seu grau mais baixo é o repouso no estereótipo (palavra derivada de *estéreo* = espaço).

17. O professor Flavio Di Giorgi ensinou-me a etimologia de *experiência*. É o que salta fora (ex) do *perímetro* de um círculo já percorrido.

Só a intuição é capaz de apreender o movimento contínuo do devir. A intuição é uma leitura interna da *duração*. Ela o faz produzindo imagens.

A corrente de imagens desencadeada pela intuição poética alcança mais diretamente o ser da natureza que um teorema da Física ou uma equação matemática.

As metáforas que aproximam referentes diversos em uma só imagem (olho humano → olho d'água) nos ensinam mais sobre as correspondências internas do real que os termos definidores dos dicionários que isolam os respectivos referentes (olho ≠ fonte).

Segundo Alfredo Bosi,

Uma conquista da linguagem narrativa e da ficção é a superação de um ponto de vista fixo, sempre igual a si mesmo, por um fluxo interior (*stream of consciousness*), procedimento que tem sua gênese na idéia bergsoniana do espírito como contínuo *vir-a-ser*. Também a recuperação que Marcel Proust faz do tempo, em *A Procura do Tempo Perdido*, recebeu da doutrina de Bergson um alento teórico no que diz respeito aos trabalhos da memória. A memória resgata o tempo mediante as imagens. Bergson cunhou a distinção entre memória-imagem e memória-hábito. Para a literatura ambos os conceitos têm seu campo de aplicação:

- a) na poesia lírica, a expressão da subjetividade é tecida de imagens escavadas do subconsciente e salvas do esquecimento. São as puras lembranças despojadas de todo convencionalismo;
- b) mas há também os *tópoi*, autênticas INSTITUIÇÕES CULTURAIS, temas recorrentes que nos remetem ao caráter social e histórico da literatura. Aqui deve falar-se em *memória-hábito*.

Lembrando Schopenhauer, diz Bergson que a intuição estética levanta o véu espesso que a rotina interpõe entre nós e as coisas; véu que impede os homens de entrar em comunicação imediata com os seres, como o fazem espontaneamente os artistas<sup>18</sup>.

Franklin Leopoldo e Silva, num profundo ensaio bergsoniano relacionando percepção da realidade e obra de arte, encontro da consciência com a temporalidade, escreve: “mas que a narrativa dessa experiência, na forma romanesca da *Busca do Tempo Perdido*, seja também uma Busca da Verdade na forma da narrativa reflexiva [...]”.

O que posso observar de minha experiência é o que encontrei conversando com pessoas que se entregaram à rememoração.

Ouvindo depoimentos orais constatamos que o sujeito mnêmico não lembra uma ou outra imagem. Ele evoca, dá voz, faz falar, diz de novo o conteúdo de suas vivências. Enquanto evoca ele está vivendo atualmente e com uma intensidade nova a sua experiência.

A narrativa oral que ignora a sedimentação do discurso escrito é temporal e não espacializadora – modalidade própria dessa visão imediata do passado, que a rigor é também intuição de um presente desvendado.

O sujeito se sente crescer junto com a expressão dessa intuição. Psiquicamente e até somaticamente se sente rejuvenescido. (“Lembrar faz bem ao meu coração” disse-me um velho cardíaco.) O corpo memorativo recebe um tônico e uma força inesperada.

Já o esquecimento, que atravessou o rio Letes, é letal. Conduz também à letargia da cognição do presente.

18. “Bergson, Proust. Tensões do Tempo”, *op. cit.*, p. 149.

O cone da memória avança sem cessar para o futuro. Enquanto a percepção é a interseção do corpo com o mundo, a memória é a conservação que o espírito faz de si mesmo.

Há pois, da parte do sujeito que conhecemos sob a forma de narrador oral memorialista uma atividade que não é apenas de simbolização (por meio de conceitos ou de operações do entendimento); é também da intuição de um devir, do seu próprio devir de homem que se vê envelhecendo, enquanto sentimento de um tempo que, simultaneamente, passou a se re-apresentar à consciência e ao coração.

É mais que um reviver de imagens do passado.

Pode existir no narrador oral um minuto em que ele intui a temporalidade.

Seu caminho familiar entre os infinitos caminhos possíveis é uma trilha de formiga: o tempo vivido pela biografia é aquele *pouco* captado pela memória narrativa. Mas a pessoa reflete sobre o tempo que lhe aparece como luz atrás de um pano esgarçado.

No discurso filosófico a captação do tempo, quando possível fôr, é uma questão de conhecimento; na história de vida, perder o tempo é perder a identidade, é perder-se a si mesma.

Se há intuição da temporalidade, penso que há também (hipótese que ofereço à apreciação dos estudiosos) uma *semiólogia dessa intuição* na fala do rememorante.

Insisto nos termos *narrativa* e *oralidade*. Ambas se desenvolveram no tempo, falam no tempo e do tempo, recuperando *na própria voz* o fluxo circular que a memória abre do presente para o passado e deste para o presente. Eu diria que a expressão oral da memória de vida tem a ver mais com a música do que com o discurso escrito.

Há componentes musicais inerentes à expressão oral. Os sons compõem um reino flutuante e o pensamento decompõe



a superfície da água em vagas e ondulações... frases, palavras,...

É de Saussure a metáfora poderosa: a imagem do Espírito subdividindo os sons como o vento agitando o mar.

A primitiva música indivisa se recompõe na memória através do ritmo da língua: sucessão de sílabas fortes e fracas, átonas e tônicas, alternância do tempo que vai e vem.

Temos elementos de melodia na sucessão ascendente e descendente da entonação, onde a voz sobe na pergunta, desce na dúvida.

A fala é composta de curvas melódicas.

Exemplos:

CRESCENDO e DECRESCENDO: – Ele já saiu? Que sossego!

FERMATAS: Era loonge...☺

STACCATO: Recusa ca-te-gó-ri-ca.

TIMBRE: Aberto (sol) Fechado (noturno)

HARMONIA: na música é simultânea (dois pentagramas para mão direita e esquerda, solo e acompanhamento). Na fala, os *ritornelli* são ecos e rimas.

ANDAMENTO (*Timing*): medida de duração da narrativa lenta ou rápida: *allegro* na infância, *presto* ou *prestíssimo* na idade adulta, *adagio* na velhice...

O poeta se vale mais que ninguém de recursos melódicos<sup>19</sup>. Veja-se na estrofe de Alphonsus de Guimarães as rimas em *u* para evidenciar amargura:

19. Em *O Ser e o Tempo da Poesia*, Alfredo Bosi, assinala que o valor de escuridão e angustia da vogal *u* “não se produz apenas no som da vogal, mas em todo o processo de sonorização do tema, que enlaça o jogo de ecos e contrastes, o ritmo, o metro, o andamento da frase e a entonação”. Atrás do fonema há um con-

Quem melhor do que vós se a dor perdura,  
para coroar-me, rosas passageiras,  
o sonho que se esvai na desventura?

Interessante lembrar que estes componentes melódicos rítmicos são chamados pelos lingüistas “elementos supra-segmentais”, estando acima das partições dos fonemas, morfemas e sintagmas do discurso. O canto e o ritmo da palavra são operações significativas que não podem ser segmentadas.

Se a palavra (como signo escrito) é espacializadora, a fala parece mais próxima da música e da intuição do tempo.

Antes de ser registradora, fui uma ouvinte privilegiada da memória. Mas o leitor só vai apanhar o registro dos depoimentos, naturalmente com figuras de linguagem e terá que transformar os signos escritos num contínuo interior – que é a recuperação do oral. Quem lê poesia pode se imaginar “escutando” os versos por uma voz cheia de harmonias.

Os elementos supra-segmentais trazem conotações afetivas, expressivas como projeções da vida subjetiva que não se contenta com a ordem das palavras ou das frases: precisa do tom, do andamento, do ritmo para dizer-se.

\* \* \*

A posição de Bergson é a da impossibilidade de o discurso de idéias exprimir a intuição do Tempo mediante uma rede de conceitos e símbolos. Mas vê na linguagem metafórica do artista a possibilidade de realizar a conjunção de ato intuitivo e expressão, que o discurso convencional não alcança.

texto inteiro de interpretação; segundo o autor ele seria “um acorde vivido que fundiria o som do signo e a impressão do objeto” (O som no signo). São Paulo, Companhia das Letras, 2000, pp. 61 e 64.

No entanto, o movimento interior que o memorialista desencadeia redime também a linguagem de seus hábitos cristalizados.

Muitas vezes o uso emotivo, sugestivo, musical suplanta o representativo. Quando, no correr da entrevista, Dona Risoleta descreve o atribulado cotidiano da pobreza, sua risada de preta velha sacode a narrativa, relativizando o presente que não é o absoluto para ela.

Não estamos aqui diante daqueles processos fundamentais da expressão pelos quais a fala também é gesto e canto?

Processos que estão na base da poesia e da narração literária, processos que atravessam a lírica, a épica e que, mais ainda, foram a sua condição de possibilidade?

Quem está atento à escuta da voz e do *pathos* do narrador oral, que revive os momentos cruciais de sua vida, consegue distinguir uma fala que, ao mesmo tempo, produz imagens e conota o sentimento do tempo enquanto *duração*. Não é portanto uma linguagem de coisas (no sentido estreito de função referencial), pois o que se lembra são *momentos* vividos, respostas pessoais, em suma, a melodia do passado interpretada pelo presente. Não é uma *linguagem de coisas* porque o autor da narrativa oral coincide existencialmente com o seu sujeito; a duração do relato coincide com o Tempo lembrado que assim é intuído por dentro.

Concluimos então que a Psicologia enquanto *fenomenologia dos atos expressivos* pode dialogar muito cordialmente com os discípulos de Bergson.

A intuição sofrida do tempo é a filosofia do recordador que está realizando o que Sócrates pedia ao filósofo, pois o velho narrador revivendo está apreendendo a morrer.

## A PESQUISA EM MEMÓRIA SOCIAL

O interesse em sondar as formas da memória social, despertado nos anos 70, tornou-se intenso nas ciências humanas e isso nos dá o que pensar.

Será o resgate da memória como que uma História alternativa? Ou será um método diverso de abordar a História, que complementa as fontes escritas?

Logo no início o pesquisador deve enfrentar o fato de que uma história de vida, ou mil histórias de vida jamais substituirão um conceito ou uma teoria da História.

Depoimentos colhidos, por mais ricos que sejam, não podem tomar o lugar de uma teoria totalizante que elucide estruturas e transformações econômicas, ou que explique um processo social, uma revolução política.

Muito mais que qualquer outra fonte, o depoimento oral ou escrito necessita esforço de sistematização e claras coordenadas interpretativas.

Registrando as lembranças da minha cidade, procurei reco-

lher aquela evocação disciplinada que chamei *memória-trabalho*, tão diversa da livre rememoração!<sup>1</sup>

Tento aqui discutir problemas relativos à pesquisa buscando responder algumas das muitas questões que ela tem suscitado.

\* \* \*

Quando se pergunta pelo método de um trabalho científico a resposta tem de ser procurada em, pelo menos, dois níveis:

- I. A orientação geral da pesquisa, “tendência teórica” que guiou a hipótese inicial até a interpretação final dos dados colhidos.
- II: A técnica particular da pesquisa, o procedimento.

É claro que esses dois níveis se cruzam na mente do estudioso que sempre reflete enquanto observa ou colhe dados, pois a tarefa do conhecimento não se cumpre sem a *escolha do campo de significação* e sem a inserção das informações obtidas nesse campo.

Desde o passo inicial, no encaminhar de uma simples questão, já se revela a filosofia que subjaz ao trabalho.

O ideal sempre é que o intérprete seja a mesma pessoa que proceda à colheita de dados.

Findo o trabalho, este não pode ser submetido a exame ou desmontado como a engrenagem de um relógio, mas podem-se rememorar os caminhos trilhados para auxílio dos futuros investigadores.

Em todo o meu trabalho sobre memória e sociedade operou como um modelo exemplar de conhecimento psicológico o

pressuposto mais geral da Teoria Gestáltica, aquele que enlaça estruturalmente as *formas de comportamento a complexos vivos de significação*. O princípio fundamental de que existem CAMPOS DE SENTIDO não só no psiquismo individual – como o demonstram os estudos célebres de Koffka e Wertheimer sobre percepção de objetos – mas também na rede interpessoal de que são exemplo as experiências do espaço social topológico de Lewin.

Não fui em vão aluna de D. Annita Marcondes Cabral, bebendo a teoria da *Gestalt* em suas aulas e, mais tarde, Bergson, autor com que ela iniciava sua pós-graduação.

Mas é preciso convir que essa orientação, embora me desse o suporte genérico das noções de *campo significativo* ou de *totalidade*, não esgotava as possibilidades de uma área como memória social.

O objeto a ser compreendido está constituído de substrato móvel e fluído, o *tempo*; não o tempo abstrato da Física Matemática, mas o tempo concreto e qualificado das lembranças. Precisava apreender em primeiro lugar uma *totalidade de sentido* em curso (e que não sofre, sem violência, a metáfora lewiniiana do espaço) embora sempre me fosse inspiradora a hipótese gestáltica das configurações.

Recorri por isso à doutrina bergsoniana da memória que é, fundamentalmente, uma doutrina psicológica, pois parte da experiência individual do perceber e do lembrar.

Bergson, que escreveu antes dos gestaltistas (Wertheimer só aparecerá em 1912), fez uma crítica do atomismo psicofísico e falou em “círculos da memória” e em “fluxo da consciência”, certamente influenciado por William James.

Sua distinção entre memória pura e memória-hábito é preciosa porque abre caminho para enfrentar o problema-chave da

1. *Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos*, cit.

socialização da memória, ainda que seu interesse estivesse mais na energia espiritual autônoma, como vitalista que era.

O real – bloco contínuo de diferenciações temporais – tem de ser visto através das modificações de uma consciência vivendo os diversos ritmos da duração.

Se o tempo é a essência do psíquico, a ciência o espacializa e reduz o movente ao imóvel. O fato da consciência é movente.

A estrutura do comportamento é uma relação entre a consciência e o mundo, jamais cortada por pontos finais. Sendo um traço de união entre o que foi e o que será, é antes de tudo memória.

A duração (*durée*) é o tempo vivido, o tempo do espírito anterior às divisões da percepção.

A divisibilidade é uma operação da percepção utilitária sobre a matéria contínua. Nós só intuimos a duração quando somos de lado o prático-utilitário.

Para Bergson, mais vale intuí-la; quem define já corre o perigo de espacializar o que é, por sua natureza, tempo. Nem é necessário defini-la: quando compreendemos já estamos dentro do objeto a conhecer.

O papel da consciência é ligar com o fio da memória as apreensões instantâneas do real. A memória contrai numa intuição única passado-presente em momentos da duração.

No processo de socialização tem lugar a *memória-hábito*, repetição do mesmo esforço, adestramento cultural.

No outro pólo, a *lembrança pura* traz à tona da consciência um momento único, singular, irreversível, da vida.

Dessa breve evocação bergsoniana fique-nos a idéia da Memória como atividade do espírito, não repositório de lembranças. Ela é, segundo o filósofo, “a conservação do espírito pelo espírito”.

No entanto, seria preciso encontrar uma orientação teórica que ancorasse o fluxo infinito da memória em certos quadros de referência sociais e historicamente determinados que são também *campos de significação não estáticos*.

Aqui vali-me da Psicologia Social clássica e da linha durkheimiana francesa através da “memória coletiva” estudada por Maurice Halbwachs. Dediquei minha tese a esse professor de Psicologia Social, que morreu em 1945 no campo de Buchenwald.

A memória é, sim, um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo.

O tempo não flui uniformemente, o homem tornou o tempo humano em cada sociedade. Cada classe o vive diferentemente, assim como cada pessoa.

Existe a noite serena da criança, a noite profunda e breve do trabalhador, a noite infinita do doente, a noite pontilhada do perseguido.

É verdade, porém, que nossos ritmos temporais foram subjugados pela sociedade industrial, que dobrou o tempo a seu ritmo, “racionalizando” as horas de vida. É o tempo da mercadoria na consciência humana, esmagando o tempo da amizade, o familiar, o religioso... A memória os reconquista na medida em que é um trabalho sobre o tempo, abarcando também esses tempos marginais e perdidos na vertigem mercantil.

Tal como o tempo social acaba engolindo o individual, a percepção coletiva abrange a pessoal, dela tira sua substância singular e a estereotipa num caminho sem volta. Só os artistas podem remontar a trajetória e recompor o contorno borrado das imagens, devolvendo-nos sua nitidez.

Mas a rigor, a apreensão plena do tempo passado é impossível, como o é a apreensão de toda a alteridade.

A passagem pela sociologia da memória é esclarecedora na hora de entender o porquê de alguns recordadores fixarem melhor suas experiências de infância do que da vida adulta.

A comunidade familiar ou grupal exerce uma função de apoio como *testemunha e intérprete* daquelas experiências. O conjunto das lembranças é também uma construção social do grupo em que a pessoa vive e onde coexistem elementos da escolha e rejeição em relação ao que será lembrado.

É claro que essa descoberta pode ser retomada em termos de “formações ideológicas” que reagrupam e interpretam num sentido ou em outro as lembranças individuais.

No caso da recordação de acontecimentos políticos que escutei (revoluções, crises, figuras notáveis...) essa fusão ou aglutinação de lembranças factuais e valores ideológicos está muito presente. Estudei longamente como a lembrança se corporifica levando em conta a localização de classes e a profissão do sujeito. Nesse contexto, a marginalidade política a que se relegam os estratos pobres da população é causadora do espantoso vazio memorativo do brasileiro.

Notável também é a gama de matizes da lembrança vinculada ao trabalho, próxima ou distante da produção material que opera no interior da matéria recordada.

\* \* \*

Todas essas considerações respondem à questão do método, entendida em senso lato como orientação teórica.

Resumindo:

- há um pressuposto tácito de que existem *campos de significação* na vida subjetiva e na vida intersubjetiva; hipótese que devo à teoria da *Gestalt*;

- há um embasamento bergsoniano que encarece a dimensão temporal inerente à memória (E por que não buscar a fonte hegeliana para a qual o passado concentrado no presente é que cria a natureza humana?);
- há o momento propriamente psico-social, lastreado na pesquisa e inspirado em Halbwachs e outros autores, que acentua as relações com a família, o grupo cultural, a classe, a comunidade – momento que se dá abertamente na hora da interpretação;
- há enfim o suporte da teoria da ideologia, que busquei em Benjamin e Adorno, pensadores dialéticos que, como se sabe, são extremamente sensíveis à complexidade dos fenômenos psicológicos;

No tocante às técnicas de pesquisa, estas devem ser adequadas ao objeto: é a lei de ouro. Não conheço outra.

O objeto visado era *memória como totalização*? Vamos dar ao sujeito a possibilidade de lembrar como evocação sistemática.

Daí decorre um dilema de metodologia enquanto técnica: questionário fechado ou explorações abertas? A segunda técnica provoca um estilo de resposta mais adequado à autobiografia, que é o estilo narrativo.

Em termos acadêmicos de técnica de pesquisa, na verdade se combinam bem os procedimentos de *história de vida e perguntas exploratórias*, desde que deixem ao recordador a liberdade de encadear e compor, à sua vontade, os momentos do seu passado.

Aqui se revela a mestria do pesquisador: uma pergunta traz em seu bojo a gênese da interpretação final; é uma verdade que não se pode negar. E no entanto a liberdade do depoimento deve

O TEMPO VIVO DA MEMÓRIA

ser respeitada a qualquer preço. É um problema sério de ética da pesquisa.

Se a memória é não passividade, mas *forma organizadora*, é importante respeitar os caminhos que os recordadores vão abrindo na sua evocação porque são o mapa afetivo da sua experiência e da experiência do seu grupo – no caso, até mesmo da sua cidade, a São Paulo dos primeiros decênios do século XX – que é justamente o quadro espaço-temporal comum daqueles que entrevistei.

Quanto mais o pesquisador entra em contato com o contexto histórico preciso onde viveram seus depoentes, cotejando e cruzando informações e lembranças de várias pessoas, mais vai se configurando a seus olhos a imagem do campo de significações já pré-formada nos depoimentos.

Para os depoimentos que são autobiografias vale considerar que estas são, além de testemunho histórico, a evolução da *pessoa* no tempo.

Segundo Angyal nos seus *Fundamentos para uma Ciência da Personalidade*, um estudo em corte transversal da personalidade deixa muitos vazios. Somente, através de estudo biográfico perceberíamos a pessoa historicamente. Pode-se então tentar reconstruir uma sucessão de constelações compreensíveis que conduzem ao estado e situação atual da pessoa.

A própria pessoa vê sua vida – ou procura vê-la – como uma configuração, com um sentido.

Eis aí conciliadas uma teoria do tempo e a *Gestalt*.

Finalmente, confirmando por outras vertentes essa tese, um historiador de ideologias como Lucien Goldmann insistiu muito na pertinência de “totalidades histórico-culturais” significativas, escorando-se também em categorias de classe ou de estrato social.

A PESQUISA EM MEMÓRIA SOCIAL

Num trabalho sobre a história de São Paulo construído através da memória de seus velhos, a noção de “momentos histórico-culturais” com sua dinâmica ideológica (e contra-ideológica peculiar) poderia sempre ser um fio condutor na hora da interpretação. Mas isso está apenas no horizonte final da tese.

O miolo é psicossocial, imanente ao texto dos recordadores.

## SUGESTÕES PARA UM JOVEM PESQUISADOR

O estudioso da memória geralmente entrevista idosos dos quais se espera o rico testemunho de outras épocas.

O entrevistador precisa receber uma formação especial e compreender o depoimento como um *trabalho* do idoso. Poucos pesquisadores me parecem ter formação para tanto.

A experiência de muitos anos de orientação me permite chamar a atenção sobre alguns pontos: são o dia-a-dia das oficinas escuras da investigação, esses fundos de quintal onde se trabalha duro, mas onde ninguém vai depois que a casa está arrumada.

- Antes do encontro com o depoente, convém recolher o máximo de informações sobre o assunto em pauta para formular questões que o estimulem a responder. Uma consulta às publicações: jornais, revistas, músicas, livros, imagens, anedotas, enfim tudo o que terá feito o narrador vibrar na época que desejamos estudar.
- Se o local do encontro for a casa do depoente, estaremos mergulhados na sua atmosfera familiar e beneficiados pela sua hospitalidade.

Já tivemos a experiência de entrar na casa de um profissional qualquer e notar a mudança de atitude em relação à do escritório ou oficina. Ali se discutiam preços e serviços. Aqui se oferecem café e cordialidade.

Porém, na casa haverá interferência de familiares, o que pode enriquecer a entrevista, mas pode também prejudicá-la inibindo o narrador.

É de muito bom alvitre sair com ele, caminhar o seu lado nos lugares em que os episódios lembrados ocorreram (ruas, fábricas, bairros cuja transformação assistiu...)

Uma senhora que entrevistei levou-me a conhecer sua velha amiga, e a conversa entre as duas me foi proveitosa e agradável.

- A pré-entrevista, que a metodologia chama “estudo exploratório”, é essencial, não só porque ela nos ensina a fazer e a refazer o futuro roteiro da entrevista. Desse encontro prévio é que se podem extrair questões na linguagem usual do depoente, detectando temas promissores. A pré-entrevista abre caminhos insuspeitados para a investigação.
- A entrevista ideal é aquela que permite a formação de laços de amizade; tenhamos sempre na lembrança que a relação não deveria ser efêmera.

Ela envolve responsabilidade pelo outro e deve durar quanto dura uma amizade<sup>1</sup>.

Da qualidade do vínculo vai depender a qualidade da entrevista.

1. Oscar Lewis revelou sobre a família Sanchez: “Foi essencialmente um sentimento de amizade que os levou a me contarem sua vida”. Amizade, diz Guimarães Rosa, é conversar desarmado. O entrevistador irá para a entrevista desarmado de signos de classe, de *status*, de instrução.

Se não fosse assim, a entrevista teria algo semelhante ao fenômeno da mais-valia, uma apropriação indébita do tempo e do fôlego do outro.

Narrador e ouvinte irão participar de uma aventura comum e provarão, no final, um sentimento de gratidão pelo que ocorreu: o ouvinte, pelo que aprendeu; o narrador, pelo justo orgulho de ter um passado tão digno de rememorar quanto o das pessoas ditas importantes<sup>2</sup>.

Ambos sairão transformados pela convivência, dotada de uma qualidade única de atenção. Ambos sofrem o peso de estereótipos, de uma consciência possível de classe, e precisam saber lidar com esses fatores no curso da entrevista.

Às vezes falta ao pesquisador maturidade afetiva ou mesmo formação histórica para compreender a *maneira de ser* do depoente. Somos, em geral, prisioneiros de nossas representações, mas somos também desafiados a transpor esse limite acompanhando o ritmo da pesquisa.

- Teremos que transpor, às vezes, enorme distância temporal entre o fato narrado e o acontecido, experiência sempre difícil devido às transformações ocorridas, sobretudo nas mentalidades. O passado, a rigor, é uma alteridade absoluta, que só se torna cognoscível mediante a voz do narrador.
  - Para emprendermos tal aventura, útil é nos munirmos como os etnólogos de um diário de campo, onde iremos registrando dúvidas e dificuldades. Nossas falhas, longe de serem um entrave, irão, se compreendidas, aplainar o caminho dos estudiosos que nos agradecerão por tê-las apontado.
2. Aqui, convém repetir a frase de Alain, mestre de Simone Weil: “As pessoas importantes não têm importância”.



- Confessar, em diálogo aberto, nossas dificuldades ao depoente, durante cada etapa do trabalho, fará com que ele acompanhe melhor o rumo da pesquisa e muitas vezes ajude a descobrir pistas facilitadoras.
- Sobre a distância temporal que nos separa do fato lembrado, teríamos ainda a considerar que o sujeito realiza uma ordenação pessoal. Essa ordenação obedece a uma lógica afetiva cujos motivos ignoramos; enfim, recontar é sempre um ato de criação.

Não nos depararemos com uma sucessão coerente de formas, mas com os tropeços da vida corrente. Nossa existência se inscreve no que Lukács chamou “ética dos instantes”, já que a vida é composta de momentos, a maioria dos quais vai se perder no puro nada. Alguns serão remidos pela memória, mas necessário é que esses pontos minúsculos *se configurem* no depoimento, em fisionomia social e humana para que se salvem da voragem do esquecimento.

Redimir o insignificante, o quase invisível, os instantes obscuros da História dessa “anarquia do claro-escuro”<sup>3</sup> é nossa tarefa.

- Um *vol d’oiseau* sobre a evocação biográfica nos fará ver, como numa tapeçaria, um mosaico de áreas mais ou menos densas, mais ou menos ligadas, algumas abandonadas, outras cultivadas amorosamente. E pontos privilegiados, como torres ou marcos, focos de atração na paisagem.

O pesquisador muitas vezes encontrará, nessa divisão subjetiva do tecido da lembrança, constantes universais: são os

3. G. Luckács, *L’âme et les formes*, Paris, Gallimard, 1974.

marcos em que os signos sociais se concentram apoiando a memória individual<sup>4</sup>.

- Existem fronteiras, limites que terão que ser transpostos de uma área para outra com as tensões e conflitos que acompanham a passagem: do lar para a escola, da vida juvenil para o casamento e a profissão... da vida em família para a solidão...

Veremos que a mobilidade espacial tem relação com a afetiva, e que há defasagens entre a ordenação interna do relato e a seqüência de acontecimentos. E há passagens borradas de difícil restauração.

Mas, em geral, uma *intenção* configura a narrativa, orienta seu fluir dinâmico. Ela pode ser vista como um todo antes de ser segmentada pelo analista. Porque o sujeito aspira constantemente à totalidade, à plenitude de sua pessoa e sua história, mas a sociedade absorve do indivíduo somente aquele tanto que pode ser integrado no funcionamento social<sup>5</sup>.

- Simmel delineou o que chama de *cultura subjetiva*, que se situa na sombra quase inalcançada pelo historiador; reino dos sonhos, afetos, imagens, impressões, intuições... Não são as formas que ficaram, objetivas e transmitidas pelo aprendizado, comuns a uma época, aquelas de que o indivíduo precisa para se comunicar.

Mas, se nos quisermos aproximar da esfera que resiste ao formato social, registremos atentos as hesitações e silêncios do

4. M. Halbwachs, *La mémoire collective*, Paris, PUF, 1956.

5. G. Simmel, *On Individuality and Social Forms*, The University of Chicago Press, 1908.

narrador. Os lapsos e incertezas das testemunhas são o selo da autenticidade. Narrativas seguras e unilineares correm sempre o perigo de deslizar para o estereótipo. Existem evoluções obscuras nas representações coletivas, mal conhecidas pelos contemporâneos porque elas se situam aquém de uma consciência formalizada<sup>6</sup>.

Não há, afirma com razão Vovelle, métodos fáceis para reconstituir uma cultura popular: ela é uma história tecida de silêncios, uma vez que pertenceu sempre às classes dominadas.

George Sand como socialista que era, recolheu em 1846 contos e lembranças de infância de trabalhadores que ela encorajou a dizer suas memórias. Em pleno positivismo escreve: “aqueles que têm alucinações são tipos humanos muito reais e as maravilhas do sonho são sempre atos humanos cuja supressão na história, anularia o sentido mesmo da história”.

Nos idosos, as hesitações, as rupturas do discurso não são vazios, podem ser *trabalhos da memória*. Há situações difíceis de serem contadas já que pareceram absurdas às próprias vítimas delas.

O eclipse da palavra advém da destruição:

- do espaço biográfico das vítimas,
- da própria pessoa,
- da sua memória.

Disse o soldado nazista ao prisioneiro de Auschwitz: “– Nenhum de vocês restará para testemunhar, e mesmo que alguém escape, o mundo não acreditará nele”.

Insisto na formação do pesquisador que vai entrevistar o idoso. Quando a narrativa é hesitante, cheia de silêncios, ele não

6. M. Vovelle, *Idéologies et mentalités*, Paris, La Découverte, 1985.

deve ter pressa de fazer interpretação ideológica do que escutou, ou de preencher as pausas<sup>7</sup>.

Proust comparava a memória intelectual e elaborada aos quadros dos maus pintores: ela pinta o passado com cores sem verdade.

A fala emotiva e fragmentada é portadora de significações que nos aproximam da verdade. Aprendemos a amar esse discurso tateante, suas pausas, suas franjas com fios perdidos quase irreparáveis<sup>8</sup>.

Ao silêncio do velho seria bom que correspondesse o silêncio do pesquisador. Aprendizagem difícil porque vivemos num moinho de palavras e citações que se apóiam comodamente no discurso ideológico.

O silêncio na pesquisa não é uma técnica, é como que o sacrifício do *eu* na entrevista que pode trazer como recompensa uma iluminação para as ciências humanas como um todo.

\* \* \*

- Lidando continuamente com o esquecimento e a perda, precisamos ter consciência de nossos limites.

Qual versão de um fato é a verdadeira? Nós estávamos e sempre estaremos ausentes dele. Não temos, pois, o direito de refutar um fato contado pelo memorialista, como se ele estivesse no banco dos réus para dizer a verdade, somente a verdade. Ele, como todos nós, conta a *sua* verdade.

7. Talvez seja vocação das ciências humanas esse não ter pressa, uma vez que elas procuram deter o ritmo das operações das técnicas, interrogando sobre meios e fins.
8. Pesquisadores de campo, somos hamletianos, desconfiamos do discurso desenvolvido, sem lastro. Estamos sempre à procura do que está ainda inexpresso e do que hesita em ser capturado pela interpretação.

Ser inexato não invalida o testemunho, diferentemente da mentira, muitas vezes exata e detalhista.

Vivemos numa sociedade a quem foi roubado o domínio do tempo, marcada pela descontinuidade<sup>9</sup>.

A narrativa é sempre uma escavação original do indivíduo, em tensão constante contra o tempo organizado pelo sistema. Esse tempo original e interior é a maior riqueza de que dispomos.

- O depoimento deve ser devolvido ao seu autor. Se o intelectual quando escreve, apaga, modifica, volta atrás, o memorialista tem o mesmo direito de ouvir e mudar o que narrou. Mesmo a mais simples das pessoas tem esse direito, sem o qual a narrativa parece roubada.

E mais ainda: as fitas gravadas deveriam ser escutadas pelo grupo da mesma região, ou testemunhas do mesmo evento.

Essa escuta grupal é uma experiência prazerosa e iluminadora para o velho que pode confrontar suas lembranças com as dos companheiros. Ele vai querer, a partir daí, discutir os pontos comuns, transcender as lembranças pontuais pela totalidade de que ele é uma figura singular.

As causas históricas aparecem para a consciência e começa então uma leitura crítica dos documentos.

Mas a leitura crítica tem que ser determinada por um projeto. O passado reconstruído não é refúgio, mas uma fonte, um manancial de razões para lutar.

A memória deixa de ter um caráter de *restauração* e passa a ser memória *geradora* do futuro. É bom lembrar com Merleau-

9. A descontinuidade marca, segundo Melucci, nosso desenvolvimento fatigante (*sviluppo faticoso*). A. Melucci, *Passaggio d'epoca*, Milão, Feltrinelli, 1994.

Ponty que o tempo da lembrança não é o passado mas o futuro do passado<sup>10</sup>.

A nostalgia revela sua outra face: a crítica da sociedade atual e o desejo de que o presente e o futuro nos devolvam alguma coisa preciosa que foi perdida.

O limite para o qual tende a memória narrativa é a transição da nostalgia para um “horizonte de espera”, na feliz expressão de Paul Ricoeur.

Os historiadores são como surdos, dizia Tolstoi, respondem perguntas que ninguém lhes fez.

Vamos tentar responder a perguntas que nos fazem aqui e agora.

10. M. Merleau-Ponty, *Phénoménologie de la perception*, Paris, Gallimard, 1945.